



## Editorial – O calvário da FCT e a ciência piolhosa

### Editorial – The ordeal of the FCT and lousy science

DOI: <https://doi.org/10.34619/z6cp-kpe1>

Ao longo de trinta anos, ou quase, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) não foi uma instituição exemplar. Por culpas próprias, ou de contexto, criadas pelas opções dos diferentes governos e por restrições orçamentais, nunca manteve políticas estáveis e nunca conseguiu assegurar a previsibilidade essencial ao planeamento da vida académica e da investigação. Sem arriscar decisões, pareceu oscilar em permanência entre modelos distintos — do financiamento individual ao colectivo, da promoção de laboratórios de Estado à transferência da investigação para as universidades, da multiplicação de pólos à criação de grandes centros. Sem avançar orientações precisas, permitiu que os concursos e as avaliações, e, claro, os financiamentos, flutuassem em função das preocupações e dos interesses dos diferentes júris, cujas decisões iam dando estímulos diversos e inconsequentes, se não contraditórios, à comunidade científica. Sem avisos prévios, não foram poucas as vezes em que se alteraram os procedimentos e os calendários, ou as ocasiões em que a Fundação modificou as regras que ela anteriormente definira e anunciara. Como sucederia com matérias importantes na gestão financeira dos centros e dos projectos, com a exigência de comprovativos de todo ausente dos protocolos iniciais, ou com os recentes contratos de *tenure*, doravante obrigados a quatro horas semanais de docência, contra o que estava inicialmente previsto. De uma forma, ou de outra, parece evidente que a FCT foi responsável por muita da incerteza e da

precariedade das últimas décadas, sem permitir aquela mesma tranquilidade que já os antigos acreditavam ser um ingrediente indispensável da vida cultural e científica.

Nada disto altera o papel decisivo que a FCT teve no desenvolvimento e na consolidação da ciência em Portugal, ao longo das últimas décadas. Mais que discutir e avaliar o seu legado — indiscutível na internacionalização da ciência feita no país, no desenvolvimento da investigação e na profissionalização da gestão e da comunicação de ciência —, haverá que ponderar formas de resolver os problemas detectados e de melhorar o funcionamento da instituição, sobretudo no que diz respeito à estabilidade do financiamento e do emprego científico. Se este é, ao que tudo indica, o entendimento mais habitual na academia, a actual tutela tem outra perspectiva. Como se sabe, decidiu extinguir a FCT para unir o financiamento da ciência com o da inovação, sob a égide de uma nova agência (AI<sup>2</sup>), que será uma empresa estatal de direito público. Os riscos e os problemas desta solução já foram denunciados e são conhecidos (<https://pelaciencia.com/>), mas parecem traduzir uma vontade de subordinar a ciência à inovação, quer dizer, à lógica da utilidade, da transformação do conhecimento em tecnologia e da aplicação desta no mundo empresarial. Não são boas notícias para a ciência em geral, e, sobretudo, para as ciências humanas e sociais, esses domínios dos saberes inúteis e sem valor prático imediato e mais mensurável, defeitos maiores nos dias que correm. Tanto mais que, nas palavras do governo, a nova agência vem com o desígnio de aumentar a *eficácia* do financiamento científico do país e reduzir os *desperdícios* da investigação.

O Ministério da Educação e da Ciência já tinha mostrado ao que vinha, em meados do ano, quando concentrou a maior parte do financiamento disponível nos centros avaliados com Excelente, criando, assim, pela primeira vez, e sem aviso prévio, um abismo enorme com os outros centros, mesmo os que foram avaliados com Muito Bom. Por causa desta opção, muitos deles enfrentam o risco de maior ou menor paralisia, ou até de extinção a curto, ou a médio prazo, circunstância que alterará os equilíbrios do sistema científico, dificultando a sua renovação. Talvez seja esse o objectivo central do programa em curso, até porque a nova Agência (AI<sup>2</sup>) se propõe *desfragmentar* o sistema e reduzir o número de centros financiados, sem que se vislumbrem, porém, os ganhos da medida no aumento da eficácia e na redução dos

desperdícios. Tal como já houve quem achasse o país piolhoso, o Sr. Ministro parece considerar que a ciência portuguesa, ou parte dela, pelo menos, é igualmente piolhosa e que terá de a expurgar dessa maleita e ser ele o arauto de novos tempos.

As preocupações quanto ao presente e ao futuro, sobretudo dos mais jovens, não são alheias a este número da revista. A recordação de um dos nossos maiores, o Professor António Borges Coelho, recentemente falecido, serviu de mote ao texto de abertura. Nele, Hermenegildo Fernandes evoca a figura de um cientista social e de um resistente à perseguição e à ditadura, com um percurso que mostra como o estudo e a reconstrução do passado servem e informam a acção cívica no presente, esse valor primordial, sem preço e sem medida, das ciências do homem em sociedade. Por ambos, o estudo e a acção cívica, assentarem numa visão integrada do mundo e se aliarem à descoberta dos outros e dos esquecidos, ao combate da indiferença e das injustiças e à transformação da sociedade. Como insistia António Borges Coelho, há que fazer ouvir as vozes dos mortos, de todos sem excepção, para que as águas da vida e do futuro corram limpas.

Mais libertos destas considerações, os artigos abrem com um prometedor estudo de Manuel Pedro Ferreira sobre as *cantigas de seguir*, ou os *contrafacta*, no qual se identificaram os modelos extra-peninsulares das cantigas galegas e portuguesas e se propuseram, a partir da métrica e da música, novas reedições de três daquelas composições. Recupera, pois, dados importantes sobre as redes de transmissão e de recriação cultural na Idade Média, mormente na Europa do Sul. O trabalho de Miguel Maia tem, por outro lado, o mérito de revelar o interesse das práticas actuais no estudo da apicultura medieval, e, sobretudo, na identificação dos testemunhos que indiciam a transformação duma economia recolectora numa produção orientada para o mercado e cada vez mais especializada. Entre os outros artigos publicados, destaca-se a análise de Gustavo Felipe da Silva da natureza e dos limites da *potestas* do Papa no domínio espiritual e no temporal, a partir dos trabalhos de Guilherme de Ockham, ou o modo como Inês Hortas Marques insiste na importância do *trivium* na educação medieval para interrogar as marcas da retórica latina na composição da *Vida e Milagres da Rainha Santa*, um texto do século XIV e de autor desconhecido. Com os últimos trabalhos, regressa-se ao campo dos estudos literários: primeiro às narrativas, com Ana Rita Martins a sublinhar o papel do mar e da viagem enquanto

espaços de reinvenção do herói e de construção identitária, a partir de dois romances rimados em inglês medieval; depois à poesia da época vitoriana, com Sónia Aires Lima a procurar os rastros dos modelos medievais de género e de poder no feminino, já no quadro dos estudos actuais sobre os usos do passado.

As secções fixas da revista mantêm a diversidade de temas e de perspectivas. Nas recensões, infelizmente em número mais reduzido, João Nisa apresenta um livro colectivo sobre as rebeliões medievais como instrumentos de acção política, que adoptou uma geografia alargada — da Hispânia à Suécia, da Sicília à Hungria e à Irlanda —, mais rara em trabalhos deste género. As formas da vida religiosa nas cidades medievais são, por outro lado, o tema de outro livro colectivo apresentado por João Luís Fontes, aqui com uma geografia menos ampla, mas com uma riqueza de dados e de análises, bem evocativa de uma perspectiva renovada do religioso e do papel deste na construção do mundo urbano. Mais abundantes, as notas de investigação incluem a apresentação de um trabalho de Miguel Rodrigues sobre as distintas representações literárias das cinco linhagens mais antigas da nobreza portuguesa, a análise dos espaços e dos poderes da mulher nobre em Castela, feita por Andrea Pagès Poyatos a partir de nove testamentos datados entre 1367 e 1515, ou a exploração que Inês Olaia fez do conceito de dois corpos, o físico e o político, aplicado às rainhas portuguesas numa cronologia muito semelhante. Juntam-se-lhes, ainda, o inventário do simbolismo erótico que estaria presente nos *marginalia* de textos religiosos de uso pessoal do século XIV, realizado por Ana Beatriz Mestre, ou o modo como Jorge Garrido López reconstituiu o peso da produção têxtil no al-Andalus de finais da época medieval, quando se detecta o apoio das elites políticas a produções dirigidas para o mercado e a maiores níveis de especialização, em particular no que respeita à seda, e também, talvez, ao linho.

A publicação de um poema inédito sobre a morte de um cavaleiro, escrito em francês medieval, mas com traços anglo-normandos, constitui o texto de abertura da *Varia*. Trata-se de uma produção erudita, que mistura as tradições bíblicas e clássicas, talvez elaborada a propósito do falecimento de Balduino de Toulouse em 1214, no contexto da cruzada contra os cátaros, como sugere Rémy Cordonnier, o responsável pela descoberta e pela edição. Integram esta secção as notícias de três encontros internacionais: o primeiro realizado em Aguilar del Campo, sobre o

naturalismo e a imitação na arte medieval, que valorizou o diálogo com os modelos literários, o segundo em Palmela, sobre a vasta arqueologia dos prazeres, da mesa ao conforto, aos jogos e aos adornos, o último em Évora, sobre António de Holanda e a iluminura na arte da Renascença, que revelou a importância das técnicas de análise não-invasivas e das humanidades digitais. Encerra ela com um balanço preliminar de um projecto de investigação interdisciplinar sobre os códices e a vida conventual no mosteiro de Lorvão, que foi acolhido pelo IEM e desenvolvido em parceria com outros centros de investigação.

Não faltam, pois, motivos de interesse e de reflexão neste número que ora se apresenta e se coloca à consideração de todos. Tomados em conjunto, ajudam a revelar o passado como um mundo perdido e opaco, cuja compreensão exige um olhar atento a todas as dimensões do humano, à multiplicidade dos seus actores e das suas vozes, para ultrapassar uma alteridade que desafia constantemente as capacidades do pensamento crítico e complexo. Era este o legado maior de António Borges Coelho e doutros investigadores das gerações passadas, que importa fazer ouvir e saber praticar, por difícil que seja. Poderá ser uma tradição decisiva para resistir à espuma dos dias, para combater a indiferença, o ódio e a injustiça, e para preservar o bem comum.

Luís Filipe Oliveira

João Luís Fontes

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís – “Editorial - O calvário da FCT e a ciência piolhosa”. *Medievalista* 39 (Janeiro – Junho 2026), pp. 7-12. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).